

Comunicação (II)

Uma avaliação das estimativas de renda e produto do Brasil

CLÓVIS CAVALCANTI *

1. Introdução

Embora abundantemente explorados em sua qualidade de indicadores do nível da atividade econômica, os dados de renda e produto agregado do Brasil continuam praticamente virgens em matéria de discussão quanto à maneira pela qual são obtidos. De fato, mesmo colocando de lado problemas como os relacionados com o fato de que os sistemas de contabilidade nacional não são teoricamente neutros — refletindo, na verdade, um conjunto subjacente de proposições e hipóteses que preside à formulação do quadro conceitual¹ — é notável a despreocupação entre os usuários das estatísticas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com os procedimentos empregados pela organização que faz a contabilidade nacional brasileira. Sintomas de tal despreocupação podem ser colhidos no fato de que, por exemplo, taxas de crescimento são examinadas até o plano dos terceiros dígitos, quando já os segundos deixam muito a desejar. Por outro lado, não apenas se desconhecem as margens de erro compreendidas nos levantamentos da FGV. Simplesmente, os diversos passos adotados na obtenção das cifras nunca foram descritos no nível de detalhe daquilo que se faz — para usar um exemplo extremo — nos Estados Unidos.² O resul-

* Da Universidade Federal de Pernambuco.

¹ Ver o trabalho de W. J. Barter, "A Critique of Aggregate Accounting Concepts in Underdeveloped Areas", *Bulletin of the Oxford University Institute of Economics and Statistics*, vol. 25, (1963).

² Compare-se, a propósito, o material que se encontra nos suplementos de U. S. Department of Commerce, Office of Business Economics, *Survey of Current Business*, Washington, diversos anos, com o de diversas edições da *Revista Brasileira de Economia*, geralmente dos meses de março e dezembro.

tado é que se tem, entre os usuários das informações do PIB do Brasil, idéia um tanto vaga sobre a metodologia de cálculo da FGV, mas sem percepção clara dos ajustes efetivamente realizados, que só o pessoal do Centro de Contas Nacionais (CCN) da FGV possui.

Uma possibilidade de fazer indagações acerca do trabalho da Fundação emerge a partir do conhecimento de dados relativos ao Nordeste, computados pela SUDENE de modo quase inteiramente independente daquilo que faz a FGV e recentemente publicados. Tal é justamente o objetivo desta comunicação, que procura colocar o problema em uma perspectiva mais ampla de descaso entre os economistas que se servem das contas nacionais quanto à qualidade de seu modo de obtenção.

2. A acuidade das informações de produto e renda no contexto da investigação econômica

Ainda que não especificada formalmente, parece comum entre os economistas a crença de que os erros associados à divulgação de dados secundários, em geral, e de renda e produto interno, em particular, sejam de uma tal natureza que os desvios em relação às verdadeiras grandezas se compensam, permitindo que se chegue a totais satisfatórios. Essa crença não aparece sob a forma aberta de um ato de fé. Não obstante, tornou-se comum a confecção de estudos empíricos sobre a realidade macroeconômica a partir de bases fornecidas pela contabilidade nacional, sem qualquer comentário sobre o conteúdo daquilo que se está utilizando. E assim tudo se passa como se o ato de fé estivesse incorporado ao próprio método de trabalho do economista, não exigindo, cada vez, a renovação de promessas.³ Como decorrência, decisões são to-

³ Oskar Morgenstern, em seu interessante *On the Accuracy of Economic Observations*, (Princeton; Princeton University Press, New Jersey, 1965, 2.^a edição) assinala mesmo: "It is distressing to see that even the high-placed Council of Economic Advisers to the President engages in the practice of taking the figures for gross national product and national income at face value. In its entire history it appears never to have investigated their accuracy, and as a consequence draws wholly unwarranted 'conclusions' from alleged one percent changes of those great aggregates." p. 259.

madras — especialmente, na área da política econômica nacional — e inferências e projeções são efetuadas com o respaldo de dados que oferecem menor grau de certeza do que o público ou os especialistas via de regra admitem. Desse modo, mesmo certas cifras de ampla aceitação nos argumentos encerram margens de erro, para menos ou para mais, que permanecem ignoradas, lançando dúvidas sobre estudos que nelas buscam amparo.

No entanto, não se desconhece que os agregados de renda contêm graves problemas numéricos, como os associados a informações sobre partes da economia pouco estudadas e que, por isso mesmo, prestam-se desfavoravelmente para os esforços de mensuração de certas variáveis. Para enfrentar problemas como esses, recorre-se usualmente, na prática da contabilidade nacional, a toda sorte de artifícios. Técnicas como interpolação, extrapolação, imputação de pesos, inserção de tendências, e outras, empregam-se amiúde com o fim de eliminar deficiências na montagem das contas nacionais.⁴ Existem, obviamente graves lacunas nas informações primárias, o que de certa forma leva à necessidade de se recorrer a tais artifícios. Não obstante, o que foi justificadamente improvisado não pode ser interpretado sem as necessárias reservas nem equiparado a resultados de procedimentos mais exatos. Seguramente, estatísticas elaboradas segundo tal figurino longe estão de garantir o nível de exatidão implícito nas análises que nelas vão buscar apoio. É interessante verificar, porém, como nem sequer os próprios erros de estimativa envolvidos na tarefa de quantificação de fenômenos econômicos merecem consideração mais séria. E, como se sabe, definições, conceitos, operações numéricas e levantamentos de cifras junto a fontes primárias são etapas, onde os erros inevitavelmente se acumulam. Basta mencionar que uma autoridade como Kuznets chega a considerar que, nos Estados Unidos — que indiscutivelmente possuiriam o melhor sistema de levantamentos das contas nacionais — uma margem de erro média para as estimativas de renda nacional da ordem de $\pm 10\%$ parece razoável.⁵ Atribuir a

⁴ Exemplo claro do fenômeno é a estimativa das depreciações no cálculo do produto líquido no Brasil. Ver sobre o assunto, *Revista Brasileira de Economia*, (dez. 1953), p. 97. Comparar com Morgenstern, *op. cit.*, p. 252.

⁵ V. Morgenstern, *op. cit.*, p. 255

mesma margem ao relativamente eficiente sistema estatístico da Índia já seria, segundo Myrdal, excesso de otimismo.⁶ Uma proporção de 10% do PIB brasileiro, por sua vez, representa valor superior a 4 bilhões de dólares, equivalendo a pouco mais da metade de toda a renda interna do Nordeste. A omissão ou sobreinclusão de tal valor não é, pois, fato a desprezar. E isto, na hipótese otimista de que nosso erro de estimativa do PIB se nivelasse com o dos Estados Unidos.

Se os economistas cuidam de refinar seus estudos econométricos que empregam dados de contas nacionais,⁷ recheando-os de cálculos de erros-padrão de estimativa dos parâmetros obtidos por regressão e com testes F, Durbin-Watson e assim por diante, os mesmos rigores de procedimento não se aplicam às informações procedentes das fontes básicas dos dados. Conforme salienta Morgenstern,⁸ ao examinarem a natureza e possibilidades de erros nos dados econômicos, os economistas limitam-se quase só àquilo que ele classifica como *common sense approach — or what we believe to be common sense*.⁹ E acrescenta o autor em causa que os que usam estatísticas econômicas e sociais parecem ser o mais das vezes menos cépticos do que o próprio público.¹⁰ Ainda na opinião de Morgenstern, para concluir:

“... the treatment of errors of observation in the social sciences has to be at least as extensive and the standards have to be at least as severe as those used in the natural sciences. In fact, however, there is much less occupation with errors than in the other fields. This is undoubtedly one of the rea-

⁶ Gunnar Myrdal, *Asian Drama*, (New York: Pantheon, 1968), nota 2, p. 479.

⁷ Ver, por exemplo, André F. Montoro Filho, Edgard de Abreu Cardoso, José Mauro G. Del Monaco, sob a orientação de Jessé Montello, “Análise Econométrica da Função Consumo”, *Revista Brasileira de Economia*, (mar., 1968), pp. 92-131.

⁸ *Op. cit.*, p. 7.

⁹ *Idem, ibidem*.

¹⁰ *Idem*, p. 12.

sons why the social sciences have had a rather uncertain development".¹¹

A despeito disso, os economistas apegam-se a valores de taxas de crescimento — que, em última instância, dependem tanto da precisão dos dados que entram no produto nacional bruto quanto dos preços que figuram na construção dos índices de deflação. Não é, pois, merecedor de aplausos o modo de agir que, acreditando com tanta veemência no significado dessas taxas, deixa de insistir no conhecimento de todos os passos e medidas tomados na coleta e computação de estatísticas que as devem preceder. Sabe-se, neste aspecto, para citar um exemplo, que mesmo esforços honestos de levantamento estatístico muitas vezes se enchem de senões, nem sempre considerados explicitamente, pelo fato de ser necessário ajustar as informações disponíveis — organizadas com outras finalidades — ao arcabouço conceitual dos agregados nacionais. Ou seja, em não raras ocasiões, os dados existem, porém sem ter sido levantados com vista à sua adequação para estimativas do PIB ou de quaisquer de seus componentes. Isto, para não falar de erros introduzidos nos dados básicos de produção ou dispêndio — tais como erros de amostragem ou de enumeração em massa.¹²

Melhor conhecimento da forma pela qual as estatísticas de produto interno são conseguidas conduziria, certamente, à maior cautela na formulação de juízos sobre acontecimentos registrados na economia. Isto impõe, no caso brasileiro, a necessidade de a FGV ampliar o escopo de suas informações de contas nacionais, inserindo descrição dos processos que utilizou para estimar os totais, de modo circunstanciado e em nível de pormenor muito mais completo do que costuma fazer. Algo como o item *statistical discrepancy* das contas americanas, por outro lado, deveria haver no Brasil, implicando a medição do produto através de mais de uma ótica, ao contrário, portanto, daquilo que hoje se pratica. Simultaneamente, uma reação deveria surgir entre os usuários dos dados de renda e produto do Brasil, exigindo mais do que o simples

¹¹ *Idem*, p. 7.

¹² *Idem*, p. 251.

apelo à “intuição” para fazer face às incertezas da contabilidade dos grandes agregados.

3. A renda do Nordeste segundo a FGV e a SUDENE

Rara oportunidade para testar os dados da Fundação Getúlio Vargas sobre as contas nacionais brasileiras é a que se oferece como decorrência de publicação pela SUDENE, através da sua Assessoria Técnica, das primeiras estimativas do produto regional do Nordeste computadas à margem da FGV.¹³ Obviamente, trata-se de teste parcial; mas, ainda assim, indicativo de problemas que as contas do Brasil esconderiam e que não têm sido até agora objeto de consideração mais profunda.¹⁴

A confiança, traduzida em reconhecimento da autoridade do órgão, que no Brasil se deposita nos números divulgados anualmente pela FGV, decorre em grande parte de inexistir qualquer alternativa para servir de confronto aos dados oficiais. Tal é, na verdade, o peso da influência que a Fundação exerce, de modo praticamente irrefutado, que suas informações são aguardadas com ansiedade. Todavia, caso se faça uma indagação em torno de que fator autoriza essa aceitação, parece indiscutível que a resposta não se baseia na confiança resultante de uma análise pormenorizada dos procedimentos utilizados. É de se esperar, inclusive, que a produção alternativa de informações sobre renda e produto por instituições que cheguem a desafiar os dados da FGV encontre mais resistências para aceitação nos meios profissionais do que seria de esperar. Não bastasse a presença mais antiga da FGV nesse campo, restaria todo o conjunto de análises e de analistas econômicos que formaram suas convicções, muito difíceis de mo-

¹³ Ver Ministério do Interior, SUDENE — Assessoria Técnica, *Produto e Formação Bruta de Capital do Nordeste do Brasil 1965-1969*, (Recife, 1971).

¹⁴ Uma exceção é o apêndice 1 de Werner Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil*, (Illinois: Richard D. Irwin, 1965), onde comentários de caráter sumário são traçados sobre a questão.

dificar ou extrair na hipótese de mudanças significativas nos dados básicos, à base do material da Fundação Getúlio Vargas.

O trabalho da SUDENE, sem fugir à moldura conceitual adotada pela Fundação, e que é a mesma do sistema de contas nacionais das Nações Unidas, usa, entretanto, caminhos diferentes para atingir as cifras que divulga, divergindo em boa medida das grandezas reveladas pela FGV. Um panorama dos resultados obtidos a esse respeito se delinea através dos Quadros 1 a 5, os quais procuram acomodar a forma de apresentação seguida pela FGV com a do trabalho da SUDENE. Esta última relaciona uma série de tabelas, abrangendo: produto interno bruto a custo de fatores (PIB cf) por atividade econômica, 1965-1969, a preços correntes; PIB a preços de mercado, 1965-1969, a preços correntes; PIB cf do setor agropecuário, de silvicultura, caça e pesca, 1960-1969, a preços correntes; PIB cf por atividade econômica, 1965-1969, a preços constantes de 1968; índices e variações anuais do PIB cf real por atividade econômica, 1965-1969; e índices e variações anuais do PIB cf real por grandes setores, 1960-1969. Uma diferença para os dados das contas da Fundação reside no fato de a SUDENE calcular produto interno bruto, enquanto a FGV trabalha com produto interno líquido, sempre a custo de fatores — no caso da SUDENE aparecendo também o produto a preços de mercado. A instituição nordestina, por outro lado, dá informações que vão até 1969, ao passo que as da FGV, à época desta comunicação, só chegavam a 1968.

Evidentemente, não se encontra nas diferentes categorias de agregados com que vêm a público SUDENE e Fundação Getúlio Vargas a marca diferencial mais nítida entre os procedimentos estatísticos de ambas as instituições. O que, de fato, caracteriza as diferenças sublinhadas nos Quadros 1 a 5 é, por um lado, a técnica de obtenção dos totais e, por outro, os próprios valores alcançados. No primeiro caso, a FGV recorre fundamentalmente a dados de fontes oficiais para construir seus agregados; já a SUDENE empregou em boa dose o recurso da pesquisa por amostragem junto às próprias unidades produtoras do sistema econômico. Isto implica claramente que cada instituição deve conter margens de

erro próprias, convindo assinalar que a SUDENE escudou-se em regras da teoria amostral para empregar a forma de abordagem que se serve de frações do universo. Examinando minuciosamente aquilo que tanto a SUDENE como a FGV publicaram a respeito de suas metodologias,¹⁵ por outra parte, não transparece de modo categórico qualquer hierarquia de qualidade nas técnicas empregadas. Com efeito, se por um lado a FGV recorre algumas vezes à amostragem, a SUDENE igualmente faz uso do levantamento a partir de fontes oficiais, como no caso da agricultura. Além disso, pode-se lembrar que o recurso à amostragem, na tentativa de neutralizar a escassez de dados primários, não contorna dificuldades significativas, como aquelas associadas não só a problemas práticos como ainda ao insuficiente conhecimento que se tem dos universos, muitas vezes possuidores de grande heterogeneidade, passando a comprometer a validade do emprego de métodos mais simples de amostragem. Em desfavor da Fundação, acrescenta-se que a tarefa de elaborar estatísticas de grandes agregados no Brasil requer, freqüentemente, que se empreendam cálculos pouco ortodoxos de grandezas sobre as quais ou inexistiam informações por completo ou, as que existem, estão sob forma que não se presta para uso da contabilidade nacional. O caso do autoconsumo e do consumo intermediário na agricultura é típico — mas disto não se exime a SUDENE.

Observando de que forma indicam proceder a SUDENE e a Fundação nas suas estimativas dos totais de cada setor, a nível regional, pode-se inferir, via de regra, que não fica nítida qualquer superioridade no tocante às atividades primárias. Ambas as instituições partem dos totais de produção compilados pela ETEA (antigo SEP) do Ministério da Agricultura, divergindo apenas na parte do consumo intermediário da agricultura. Neste particular, a Fundação usa informações pouco individualizadas por região, enquanto

¹⁵ V. SUDENE — Assessoria Técnica, *op. cit.*, pp. 45-97 e *Revista Brasileira de Economia*, especialmente números de dez. 1952, dez. 1953, mar. 1962 e mar. 1966. Consulte também Ferdinando Figueiredo, *Introdução à Contabilidade Nacional*, (Rio-São Paulo: Forense, 1971), Cap. V, onde se reproduz — de forma até sucinta demais — a metodologia da FGV.

a SUDENE tratou de investigar junto a entidades, como ANCAR, Secretarias da Agricultura e empresas privadas do setor, coeficientes técnicos decisivos para a quantificação do valor dos insumos primários no Nordeste. Em vista disso, a SUDENE estaria mais capacitada, aparentemente, para realizar estimativas do produto agrícola. Não obstante, com a insuficiente evidência disponível, nada de categórico pode ser dito a respeito, embora pareça certo que a surpreendente divergência entre o PIL e o PIB, ambos a custos de fatores, da agricultura, registrada pelo Quadro 3, deva repousar parcialmente nos métodos alternativos de SUDENE e FGV.¹⁶ Ademais, esta última organização não conta com dados sobre depreciação, chegando ao PIL pela rota das estimativas arbitrárias.

O estranho fenômeno de excesso do PIL sobre o PIB, felizmente, assinala-se apenas na agricultura. No restante, incluindo o total dos três setores, FGV e SUDENE exibem resultados logicamente consistentes, como se depreende do Quadro 3. Todavia, o setor industrial parece visivelmente subestimado pela primeira e superestimado pela segunda,¹⁷ haja vista que o volume de depreciações não poderia preencher a lacuna entre os totais computados pela SUDENE e pela Fundação Getúlio Vargas, e que aparecem nos Quadros 1 e 2, respectivamente. À primeira vista, os dados da SUDENE revelar-se-iam de superior qualidade, levando em consideração sua forma de coleta. Esta baseou-se tanto em pesquisas por amostragem — na grande maioria dos estabelecimentos da indústria manufatureira, onde as amostras chegaram a ser censitárias nos estratos de estabelecimentos maiores¹⁸ — quanto em levantamen-

¹⁶ Incidentalmente, Werner Baer, *op. cit.*, p. 211, conclui que os erros nos dados agrícolas das contas brasileiras, da FGV, têm tendido a superestimar a contribuição da agricultura ao produto nacional — particularmente, na parte final dos períodos intercensitários. Como é razoável supor que também os dados regionais da agricultura sejam superestimados, residiria aí uma razão para que o PIB (da SUDENE) fosse inferior ao PIL (da FGV) da agricultura.

¹⁷ Isto, evidentemente, na suposição de que o verdadeiro valor do produto industrial não esteja fora dos limites fixados pelas duas medidas disponíveis, o que não é absolutamente certo que ocorra.

¹⁸ Ver SUDENE — AT, *op. cit.*, p. 54.

tos minuciosos de subsetores inteiros, como o da indústria extrativa e o de energia elétrica e abastecimento de água, compreendendo ainda vasta pesquisa sobre o subsetor da construção civil. Entretanto, à falta de melhor conhecimento de pormenores computacionais — quer da parte da Fundação, quer da SUDENE — nada se pode afirmar acerca das margens de erro relacionadas com cada estimativa. O mesmo se diria quanto ao setor de serviços, onde, mais uma vez, o cuidado do levantamento da SUDENE — que lhe permitiu, inclusive, avaliar pela ótica da renda o produto das empresas de transporte aéreo gerado no Nordeste, medida impraticável no âmbito do procedimento da FGV — deixa antever supremacia metodológica, sobre a qual, nada se pode confirmar positivamente, pela ausência de detalhamento a respeito de que passos foram efetivamente tomados. A propósito, nos cálculos da SUDENE, para o setor terciário, o produto dos intermediários financeiros (seguros, inclusive), para 1965-1968, é o mesmo estimado pelo Centro de Contas Nacionais da FGV, de cujas publicações a SUDENE retirou a cifra. O valor de 1969, não disponível na FGV, determinou-se através do coeficiente de participação da atividade no produto dos serviços em 1968. Como a FGV trabalha com produto líquido e a SUDENE com produto bruto, os dados da primeira conteriam uma subestimação. Todavia, já que parte do produto de intermediários financeiros deveria subtrair-se das outras atividades, cujos valores adicionados contêm os juros pagos ao sistema financeiro, a estimativa da SUDENE estaria, dessa forma superestimada. Nada se sabe, contudo, quanto à possibilidade de que a subestimação e a superestimação se compensem.

No que tange a índices do produto real e taxas de crescimento, usaram-se as informações da própria SUDENE para as séries do PIB, obtidas segundo processos que, lamentavelmente, não estão bem explicados no trabalho publicado.¹⁹ Enquanto isso, os valores do PIL real foram diferentemente estimados, deflacionando-se as séries a preços correntes por índices de preço que procuram incorporar, na medida do possível, diferenças regionais na composição do produto interno, preparados especialmente para esse tipo de ta-

¹⁹ SUDENE — Assessoria Técnica, *op. cit.*

refa, com valores do Nordeste.²⁰ As imperfeições que cercam cada um dos procedimentos para obtenção de séries do produto a preços de determinado ano impedem que se diga em que lado se esconde a verdade. Em princípio, porém, tanto a estimativa direta da SUDENE quanto a estimativa baseada num deflator específico do Nordeste, parecem superiores à aplicação pura e simples do deflator implícito do PIB brasileiro à região nordestina.

4. Padrões de desempenho da economia nordestina: FGV *versus* SUDENE

Um conjunto de conclusões pode ser extraído da observação do conteúdo dos Quadros 1 a 5. A primeira delas em importância talvez seja a ilação de que grande parte daquilo que se tem afirmado a respeito do desempenho da economia nordestina, se não deve ser modificado integralmente, ao menos requer um abrandamento do caráter categórico das proposições, elevando-se em contrapartida seu teor condicional. De fato, com que segurança se pode asseverar, depois de examinado especialmente o Quadro 5, que não ocorreram grandes mudanças estruturais em época recente no sistema econômico nordestino? Igualmente, comentários como o de que “a formação de capital na indústria, fomentada pelo mecanismo dos incentivos financeiros do 34/18, deverá ter um impacto direto limitado sobre as taxas de crescimento da renda *per capita*, pelo menos a curto e médio prazos”,²¹ construídos com o apoio de taxas de crescimento do produto real da indústria, a partir dos dados da FGV, devem ser repensados à luz do material suprido pela SUDENE. O mesmo se deve exigir de afirmações, ainda respaldadas em cifras da FGV, que asseguram, sem margens de dúvidas, que o que “permitiu que a economia regional tivesse, nesse

²⁰ Uma descrição da metodologia de tais deflatores regionais encontra-se em David Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, *A Industrialização do Nordeste*, (vol. 1 — *A Economia Regional*), Rio: IPEA-INPES, 1971, nota 3, p. 25.

²¹ Goodman e Cavalcanti, *op. cit.*, p. 22.

período. (1961-1968), crescimento relativamente satisfatório foi, de um lado, o bom desempenho do setor agrícola — não houve então nenhuma estiagem de vulto — ocorrido mais para aqueles produtos de subsistência, destinados ao autoconsumo ou aos mercados locais e, de outro, a persistente expansão das atividades terciárias”.²² Com efeito, não é isto, exatamente, o que mostram as estatísticas elaboradas pela SUDENE, segundo as quais, conforme indica o Quadro 5, o setor de ponta da região teria sido a indústria, sobretudo nos quatro últimos anos da série. Tal constatação permite, aliás, que o padrão nordestino de desenvolvimento adquira traços que o tornem comparável ao do restante do País, desfazendo especulações engenhosas para justificar um desenvolvimento regional que, de acordo com as informações oficiais da FGV e contrariamente ao que divulga a SUDENE, teria sido comandado pelo setor terciário.²³

Comparando-se os Quadros 1 e 2, por seu turno, verifica-se certa tendência — que não pode ser tomada ao pé da letra, em virtude da pequena extensão da série — de declínio na participação relativa da agricultura nordestina no produto regional. Neste particular, registra-se forte correspondência entre os dados da Assessoria Técnica da SUDENE e os do Centro de Contas Nacionais da FGV. Entretanto, a divergência entre ambos reside no destino dado à fatia do setor primário, haja vista que, no Quadro 2, a indústria manteria seu quinhão, o qual seria elevado, juntamente com o

²² Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti, *Desigualdades de Renda e Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil*, Rio: IPEA-IPLAN, 1972 (inédito), p. 29.

²³ Goodman e Cavalcanti, *op. cit.*, pp. 30-33, por exemplo, elaboram o que eles próprios chamam de “interpretação de natureza mais especulativa, ainda que possa parecer algo temerária”, com a finalidade de justificar o “lento evoluir da indústria de transformação”, a par do grande dinamismo do setor serviços do Nordeste que, segundo a análise dos mesmos autores, “teria sido induzido, não por uma expansão de seu produto físico, mas pelo desenvolvimento de atividades produtivas, verificado na região mais desenvolvida, e pela expansão de sua base de mercado” (p. 32). R. Cavalcanti e C. Cavalcanti, *op. cit.*, p. 29, acrescentam que “a atuação compensatória do setor público em épocas de crise na produção regional, motivadas pelas secas, parece explicar a maior estabilidade e dinamismo do terciário” no Nordeste.

dos serviços, na tabela anterior. O padrão de desempenho sugerido pela SUDENE, na verdade, está mais de acordo com o figurino nacional, aliviando a necessidade de se levantarem hipóteses complicadas para tornar admissível a conduta dos serviços na perspectiva dos dados da Fundação Getulio Vargas. Tal conduta, de

QUADRO 1

*Nordeste: produto interno bruto a custo de fatores (PIB cf),
preços correntes — 1965/1968*

Setores	1965	1966	1967	1968
Cr\$ 1.000.000				
Agricultura	1.787	2.324	3.189	4.160
Indústria	1.122	1.630	2.109	3.118
Serviços	2.321	3.336	4.642	6.294
Total	5.231	7.289	9.940	13.572
%				
Agricultura	34,2	31,9	32,1	30,7
Indústria	21,4	22,4	21,2	23,0
Serviços	44,4	45,8	46,7	46,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUDENE — Assessoria Técnica (AT).

QUADRO 2

*Nordeste: produto interno líquido a custo de fatores (PIL cf),
preços correntes — 1965/1968*

Setores	1965	1966	1967	1968
Cr\$ 1.000.000				
Agricultura	1.971	2.383	3.479	4.292
Indústria	492	649	841	1.204
Serviços	2.247	3.163	4.468	5.829
Total	4.710	6.195	8.789	11.325
%				
Agricultura	41,8	38,5	39,6	37,9
Indústria	10,5	10,5	9,6	10,6
Serviços	47,7	51,0	50,8	51,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FVG — IBRE — Centro de Contas Nacionais (CCN).

QUADRO 3

Nordeste: relação entre o PIL cf e o PIB cf, preços correntes —
1965/1968 (em % da razão PIL/PIB)

Setores	1965	1966	1967	1968
Agricultura	110	103	109	103
Indústria	44	40	40	39
Serviços	97	95	96	93
Total	90	86	88	83

Fontes dos dados básicos: Quadros 1 e 2.

conformidade com as cifras da SUDENE, apenas acompanharia a *performance* do setor industrial, exibida por intermédio do Quadro I, que é justamente o que se espera de um setor de apoio, reflexo, como o terciário.

O que chama a atenção, ainda, na comparação dos Quadros 1 e 2 é a menor base agrícola regional caracterizada pela SUDENE. Isto, todavia, deve ser encarado na sua correta ótica. Com efeito, a agricultura do Nordeste, se bem que tenha se expandido de forma apreciável (ver Quadro 5) na década dos 60, logrou tal desempenho graças à expansão da área cultivada, sem mudança tecnológica ou aumento da aplicação do capital em larga escala. Isto significa níveis de produtividade muito baixos, haja vista um emprego de mão-de-obra no setor que absorvia 62% da população economicamente ativa em 1970.²⁴ Não é de espantar, portanto, que a agricultura colabore tão irrisoriamente para o produto regional, ainda mais quando se deve ter em conta uma possível superestimação, referida linhas atrás, das estimativas do produto agrícola no Brasil com os dados da FGV, inflacionando a contribuição que a agricultura daria ao PIB regional.

²⁴ V. Goodman e Cavalcanti, *op. cit.*, pp. 22-23.

Algo surpreendente na comparação dos Quadros 1 e 2 é o elevado peso que a indústria nordestina apresentaria sobre o produto interno bruto do Nordeste, segundo os números fornecidos pela SUDENE, quase na mesma proporção do peso relativo do setor no PIL do Brasil, desde que admitida a validade deste coeficiente estimado a partir dos números da FGV. Não se trata simplesmente de compensação para a menor ponderação da agricultura. De fato, o produto industrial do Nordeste computado pela SUDENE equivaleria a mais de duas vezes o produto estimado pela FGV, discrepância que não pode ser atribuída somente ao fato de que a última raciocina com PIL e a primeira com PIB, e que deve ser responsabilizada pela grande diferença entre o PIL e o PIB da região (ver Quadro 3), muito superior aos 5-6% que as depreciações brasileiras, estimadas pela FGV, representariam sobre o PIB do País. Talvez seja aqui onde a divergência de métodos de compilação de dados leve à diferenciação mais crítica, já que a SUDENE, apoiando-se fundamentalmente em pesquisa por amostragem, não poderia se comparar com a FGV, que recorre a dados de fontes oficiais. Uma infeliz definição de universos poderia ser fatal para as estimativas industriais da SUDENE; sem embargo, fidedignidade não superior merecem os dados de produção industrial das estatísticas oficiais, quando se sabe que condições precárias envolvem sua obtenção e que disparidades surgem entre os dados censitários e não-censitários.²⁵ Além disso, as estatísticas da FGV são feitas pelo lado das remunerações pagas, enquanto as da SUDENE pelo do produto. Na impossibilidade de emitir um juízo, sequer aproximativo, resta o consolo da advertência de que, em qualquer caso, a melhor atitude é a de cautela.

Rápido exame dos Quadros 4 e 5 revela como são irreconciliáveis as posições da SUDENE e da Fundação no que concerne à evolução da indústria nordestina durante o período 1960/1968.²⁶

²⁵ Baer, *op cit.*, pp. 212-213, considera que os valores não-censitários contenham subestimções.

²⁶ Para os anos anteriores a 1965, a SUDENE limita-se a fornecer os índices do produto real, impedindo que as séries dos Quadros 1 e 2 possam abrigar período mais longo.

QUADRO 4

Nordeste: índices do PIB real (preços de 1968) e do PIL cf real (preços de 1949)

ANOS	PIB cf real ^a				PIL cf real ^b			
	Agr.	Ind.	Serv.	Total	Agr.	Ind.	Serv.	Total
1960	77	77	76	77	76	87	78	78
1961	80	82	80	81	79	90	84	84
1962	83	88	85	85	85	83	90	87
1963	89	89	91	90	91	86	95	93
1964	95	94	98	96	92	98	97	95
1965	100	100	100	100	100	100	100	100
1966	97	112	108	105	99	93	103	102
1967	110	118	120	116	114	97	112	112
1968	117	137	131	127	114	108	123	120

Fontes: a) SUDENE - AT. b) FVG - IBRE -CCN.

QUADRO 5

Nordeste: taxas setoriais de crescimento do PIB e PIL reais, a custo de fatores

SETORES	PIB cf real		PIL cf real	
	1960/68	1965/68	1960/68	1965/68
Agricultura	5,3	5,4	5,2	4,5
Indústria	7,4	11,1	2,7	2,6
Serviços	6,8	9,4	5,9	7,1
Total	6,4	8,3	5,4	6,3

Fonte dos dados básicos: Quadro 4.

Se uma faz cálculos excessivamente otimistas, na verdade, a outra abusa pelo pessimismo do retrato que apresenta da situação. É de crer-se, confrontando as taxas setoriais de crescimento mostradas

pelo Quadro 5, que uma ligeira correção para mais da taxa do setor industrial indicada pela Fundação Getulio Vargas e, para menos, do valor estimado pela SUDENE, poderia dar a verdadeira posição da variável, inclusive permitindo melhor equivalência das taxas globais de crescimento da economia regional. Em todo caso, porém, a taxa que a SUDENE estima para o comportamento industrial nordestino, sobretudo nos anos de 1965 a 1968, revela melhor consistência com a presunção dos analistas econômicos de que a política de industrialização do Nordeste estaria dando frutos — fato que é inteiramente negado pelo que informam as contas nacionais brasileiras. No entanto, argumento como esse não pode servir para que se diga que os dados da SUDENE são superiores. Uma opinião de tal tipo, até mesmo, poderia levar à suspeição de que à SUDENE, mais do que a quem quer que seja, interessaria pintar conjuntura regional mais favorável. A seriedade do esforço do grupo que produziu o trabalho da SUDENE — endossado pelo fato de sua liderança haver cabido a especialista da ONU, posto à disposição da SUDENE,²⁷ e que deve ter servido de guardião dos métodos científicos contra qualquer excesso regionalista presumível de membros da equipe, ou da própria direção do órgão — permite que se afastem considerações como esta. Se defeitos existem no empreendimento da Assessoria Técnica da SUDENE, devem eles ser buscados não em parcialidade dos responsáveis pelo trabalho, mas tanto nas decisões metodológicas, quanto nos erros de observação e computação das cifras encontradas.

²⁷ O economista espanhol Antonio Rodriguez Gonzalez, que na fase final do trabalho passou a servir à Organização dos Estados Americanos (OEA).

